

A RELAÇÃO ENTRE MORADORES E O PODER PÚBLICO NO PROGRAMA DE MACRODRENAGEM DA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM

Edivania Santos Alves – UFPA/IFCH/PPGCS – edivania1972@yahoo.com.br

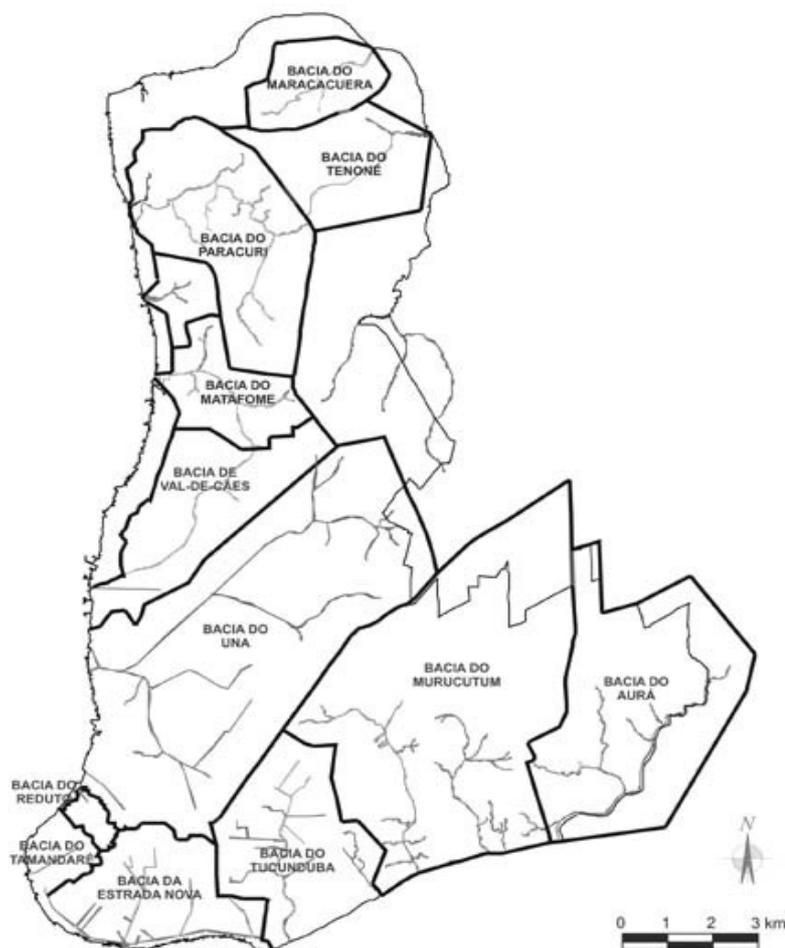
Introdução

Santa Maria de Belém do Grão Pará, fundada em 12 de janeiro de 1616, materializou o esforço da Coroa portuguesa visando consolidar seu domínio por meio da ocupação e expansão do território amazônico. Próxima de completar quatrocentos anos vivencia desafios e dilemas como outras cidades brasileiras. Contudo, guarda peculiaridades geofísicas por possuir “uma extensa rede de igarapés que drena a cidade e também permite a livre penetração das águas do rio Guamá¹ e do estuário Guajará, devido ao efeito das marés, causando o alagamento das áreas que se situam abaixo da cota de 3 metros – as denominadas baixadas.”², agregada à “condição de alta pluviosidade local, que ... contribui para o agravamento do problema de drenagem.” (Braz, 2006, p.48).

Belém é uma cidade de rios urbanos, composta por treze bacias hidrográficas, entre as quais se destaca a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova que possui uma área de drenagem de 9,54 km², ocupando 16% de área da malha urbana do Município de Belém, abrangendo integralmente os bairros da Cremação, Condor, Jurunas e Guamá e parcialmente os bairros de São Brás, Nazaré e Cidade Velha e compreende os canais da Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, 3 de Maio, João de Deus, Radional I e II, Bom Jardim, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão.

¹ O nome Guamá tem “origem indígena tupi-guarani e faz referência a um tipo de peixe (peixe-coelho), provavelmente abundante, há tempos passados, nos rios aqui da região” (Ramos, 2002, p. 16).

² Áreas alagadas ou alagáveis que sofrem influência da maré ao longo do ano e, em decorrência de surtos migratórios ocorridos no final do século XIX e ao longo do século XX, particularmente do êxodo rural, provocado pelos Grandes Projetos na Amazônia (Ditadura Cívico-Militar) somado à desvalorização imobiliária foram ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo, gerando uma associação destas áreas à pobreza social.



Bacias hidrográficas no Município de Belém. Fonte: Pmb/Segep (2002)

“Estrada Nova” é o antigo nome da atual avenida Bernardo Sayão, via de tráfego pesado, onde foi construído um dique de contenção sanitária nos anos 1940, para combater a proliferação de doenças de veiculação hídrica. A área, hoje, corresponde à porção de maior densidade populacional de todo o município e figura como uma das maiores aglomerações da sua pobreza urbana, sendo contígua às bacias do Una e do Tucunduba. (Belém, Relatório de Impacto Ambiental, Tomo 2/3, 2013).

1. Conhecendo o PROMABEN

Em resposta aos reclamos de moradores pelos históricos problemas socioambientais e de assentamentos informais existentes na bacia da Estrada Nova, a Prefeitura Municipal de

Belém (PMB) lançou o Projeto “Portal da Amazônia” sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb). Em sua acepção mais ampla, consiste na remoção de famílias, construção de uma avenida beira-rio com quatro pistas e área de lazer e circulação, composta por passeio público, ciclovias, estacionamento, quadras poliesportivas e parques infantis, com um perímetro de construção de 6.600 metros, com início às proximidades do Mangal das Garças e término na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Aduz que o referido projeto foi apresentado pela PMB em três fases, a saber: 1ª) Orla da Estrada Nova (localizada entre as ruas Veiga Cabral e Fernando Guilhon, construída sobre um aterro hidráulico de 70 metros de largura e 2.200 metros de comprimento); 2ª) Macrodrenagem na Bacia da Estrada Nova; e 3ª) Duplicação da Avenida Bernardo Sayão.

Nessa revitalização urbana empreendida pela gestão local anunciada como promotora de profundas transformações infraestruturais nas quatro sub-bacias avulta “o caráter marcadamente privado e excludente de apropriação dessa fração do espaço urbano, definido por meio de uma multiplicidade de usos e de agentes que ai se fazem presentes” e tem como um de seus principais motes o “resgate da ‘cidade ribeirinha’, definindo políticas de intervenção urbana para a orla, que refletem não apenas formas diferenciadas de planejamento e gestão do espaço urbano, como também diferentes maneiras de se conceber a cidade.” (Trindade Júnior, Amaral & Santos, 2006, p. 61).

O presente artigo deter-se-á no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), iniciado a partir de 2005 com a elaboração pela PMB da Carta Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No ano seguinte, o Ministério do Planejamento analisa e recomenda ao BID a execução do projeto, gerando sua aprovação pelo diretório desse Banco em 2008 com a assinatura do Contrato de Execução no valor inicial estimado em US\$ 137.500.000,00 (Cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares americanos) sendo US\$ 68.750.000,00 (Sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil dólares americanos) financiados pelo BID e a outra metade em igual valor correspondendo à contrapartida da Prefeitura Municipal segundo informações do BID (2009a). Entretanto, a primeira fase da obra (Orla) foi objeto de licitação e posterior contratação da Construtora Andrade Gutierrez S/A sem a realização do estudo de impacto ambiental, obrigatório nesses casos, que ocorreu somente seis meses depois, tendo obtido a licença prévia com algumas condicionantes. Essa situação gerou uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público

Federal contra a Prefeitura Municipal objetivando anular a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre o Município de Belém e a referida construtora, e também anular “as licenças outorgadas pela SECTAM de forma fragmentada.” (Poder Judiciário, Ação Civil, 2006, p. 26).

Acusada por organizações comunitárias e moradores da área de atribuir pouca importância à questão social,³ a PMB encomendou a produção de um diagnóstico habitacional para servir de guia à atuação institucional no tocante às políticas públicas. O quadro apurado foi pouco animador em termos sociais, sobretudo na questão da moradia com a identificação de 449 assentamentos precários localizados em 48 bairros, dos 71 existentes no município de Belém. Do total de assentamentos precários, os bairros da Condor, Cremação, Guamá e Jurunas representam respectivamente em termos absolutos e percentuais os seguintes números: 12 - 2,7%, 4 - 0,9%, 18 - 4,0% e 9 - 2,0% totalizando 43.⁴

Iniciada a vigência do Contrato de Empréstimo em 2009 firmado entre a PMB e o BID para atender e regular a execução do Programa de Regulamento Operacional (ROP), que contempla os critérios técnicos, socioambientais e econômicos de elegibilidade das obras do PROMABEN. “O ROP propõe como solução de reassentamento a permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado local - Bônus-Moradia, no qual prevê que o valor do bônus deve estar compatível com o valor de uma moradia em condições de habitabilidade no mercado imobiliário local”, (Per, 2011, p. 56) ressaltando “as condições mínimas exigidas para uma moradia ser aceita no Programa são não estar instalada em zonas não edificáveis; ser construída em alvenaria; possuir instalações sanitárias; dispor de documentação básica de titularidade.”. Tais exigências foram estabelecidas no Plano Diretor de Reassentamento e de Atividades econômicas – PDR, aplicado pelo Promaben, onde se situam as distintas “soluções aplicáveis” nos casos de reposição de moradias e realocação de população: “indenização em dinheiro, para os casos em que o valor da moradia for superior a R\$25.000,00; permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado local para moradias avaliadas até R\$ 25.000,00;

³ Alguns dos reclamos forma registrados pela imprensa local e redes sociais, a exemplo: MACRODRENAGEM será retomada com remanejamento na Estrada Nova. *O Liberal*. Caderno Cidades, 02. Out. 2010. Disponível em: http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=492908&|macrodrenagem+ser%E1+retomada+com+remanejamento+na+estrada+nova#.UOcPM6w_eSc. [Consult. 4. Jan.2013]; MORADORES interditam rua. *População fechou a Bernardo Sayão em protesto contra projeto que pretende remanejar famílias*. Disponível em http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=492171. [Consult. 4 Jan. 2013].

⁴ A elaboração do Diagnóstico Habitacional foi feita pela ONG Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental (Iagua).

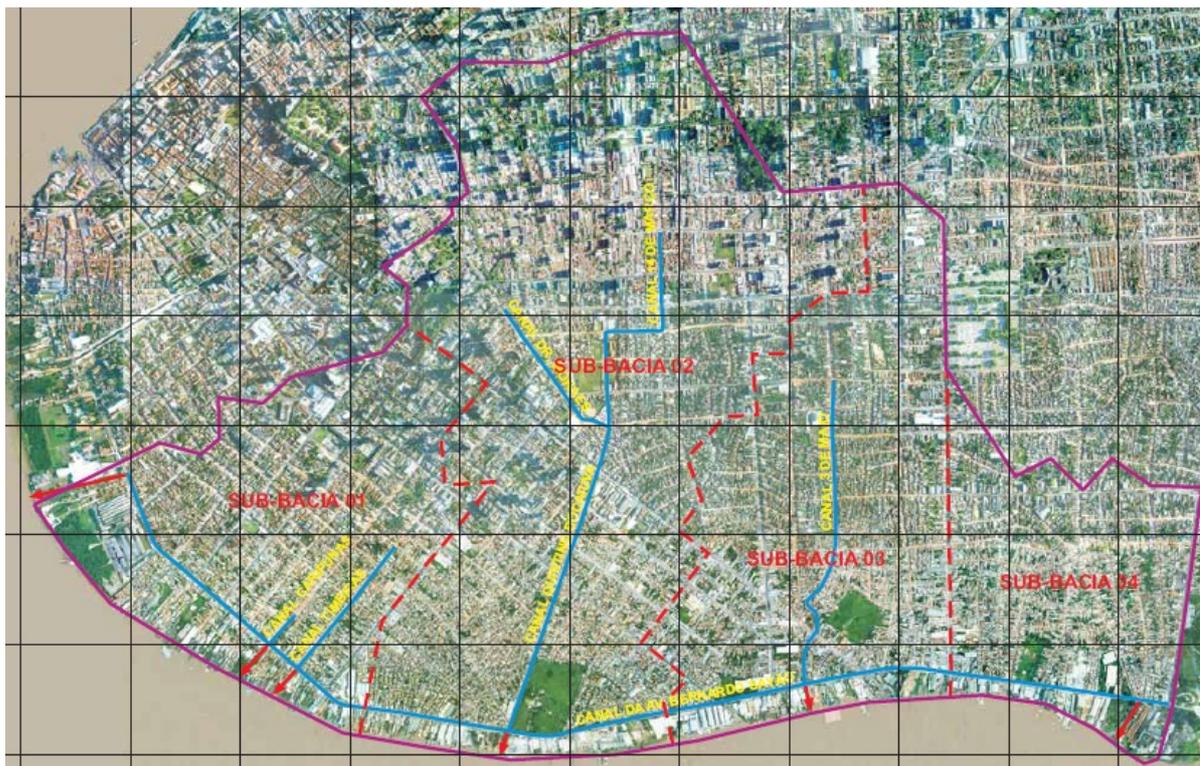
permuta da moradia afetada, avaliada até R\$25.000,00 por moradia construída pelo poder público em núcleos habitacionais.” (Per, 2011, p.56-57)

Em 2011, foi realizado um Estudo dos Fatores que influíram para o aumento de custos no PROMABEN, somente assegurado em 2012, por meio da Recomendação nº 670 que autorizou a transferência de Recursos e Adicional de Contra Parte. Também nesse ano, ocorreu o Seminário do PCR Promaben e finalmente em 2013, pontua-se a Execução do Promaben I no custo total de US\$145 milhões e a Preparação do Promaben II orçado em US\$ 250 milhões.

1.1 O Relatório de Impacto Ambiental e seus impactos na organização do território

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (2007, p. 3), o objetivo do programa é “a promoção da melhoria da qualidade de vida da população do Município de Belém, através da valorização do meio ambiente urbano” e tem como “princípios fundamentais a busca de alternativas para promover o desenvolvimento sustentado através da reordenação urbana, tomando a referência da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e de soluções integradas para os diversos subsistemas de infraestrutura e serviços urbanos intervenientes com a ocupação do solo” e completa “parte do espaço deverá ser reservada para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro”.

Ainda neste Relatório, encontram-se as propostas que supostamente ao serem executadas pela Prefeitura cessarão o problema do alagamento e acúmulo de águas na maior parte das ruas, passagens, vilas e becos que se encontram sob a influência direta das marés do rio Guamá. O mapa abaixo aponta o traçado das sub-bacias definidas no Promaben.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém. Relatório de Impacto Ambiental, tomo 01/02, Setembro/2007

A intervenção da Sub-Bacia 01 consiste na recuperação e revitalização das seções hidráulicas dos canais de drenagem dos Timbiras e Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. O Canal Caripunas deixa de existir com a implantação da bacia de retenção de cheias e quanto ao Canal dos Timbiras, a previsão é que seja revestido em placas pré-moldadas de concreto fixadas entre “montantes” de concreto armado, com o fundo do canal em leito natural e o Canal Bernardo Sayão revestido em concreto armado.

Já a interferência na Sub-bacia 2 consiste na recuperação e revitalização ambiental das seções hidráulicas dos canais de drenagem das ruas Doutor Moraes, 14 de Março, Quintino e da avenida Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. Quanto à sub-bacia 3, consiste na recuperação e revitalização ambiental das seções hidráulicas dos canais de drenagem 3 de Maio e Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. Inicialmente não foram propostas intervenções nos canais da Sub-bacia 04, ficando as ações restritas ao Canal da Avenida Bernardo Sayão.

1.2 Aspectos técnicos e armadilhas orçamentárias

O prefeito Zenaldo Coutinho encaminhou à Câmara Municipal de Belém (CMB)⁵ a mensagem nº 08/2014 de 28 de julho de 2014, onde submete à aprovação dos alcaides municipais um projeto de lei que propõe a alteração do artigo 2º da Lei nº 9.043, de 28 de novembro de 2013, que autoriza o “Chefe do Poder Executivo, **a realizar operação de crédito de natureza financeira com o BID**” no montante de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares americanos) alegando “emergiu a necessidade de **nova readequação** da área de abrangência do programa, delimitando-se em definitivo a área que será efetivamente beneficiada” (Mensagem Nº 08/2014 de 28 de Julho de 2014, grifos meus) e “serão destinados, especificamente, para o programa de saneamento básico da bacia da Estrada Nova – Promaben II, [...] abrangendo as sub-bacias 1 e 2, como também financiará a reabilitação dos canais da Bacia Hidrográfica do UNA.” (Mensagem nº 08/2014, Anexo Projeto de Lei).

As informações chamam a atenção nos seguintes aspectos. O primeiro diz respeito ao fato do gestor anterior (Duciomar Costa) não ter prestado contas do vultoso montante injetado pelo BID para a realização do Promaben sem nenhuma responsabilização administrativa e jurídica por parte do Poder Judiciário; segundo, apesar do valor excepcional, o atual gestor alega não haver mais recursos para dar prosseguimento às obras previstas no cronograma do projeto, sendo que o cronograma das obras e serviços encontra-se atrasado e fora de qualquer previsão; o terceiro ponto refere-se ao grau e a capacidade de endividamento dos cofres públicos municipais e seus desdobramentos no futuro próximo, posto que o artigo 3º do Projeto de Lei aprovado determina “Fica o Município de Belém autorizado a oferecer como contragarantia ao Tesouro Nacional, pela garantia que este oferecerá ao BID, as receitas geradas pelos tributos referidos nos artigos 156, 158, e 159, incs. I, II, e III, da Constituição Federal”, sendo que os artigos e incisos aludem à arrecadação proveniente dos impostos do município, como o IPTU, implicando inevitavelmente em uma maior taxação que atingirá às camadas mais empobrecidas de nossa cidade, visto a cobrança de tal imposto apresenta pouca variação de alíquota entre os grupos sociais. E quarto, a Prefeitura Municipal não discutiu a “nova readequação” do Programa com os principais interessados, os moradores, não fazendo valer a orientação de participação social propugnada nos documentos do projeto.

⁵ Durante o mês de julho, a Câmara Municipal encontra-se em recesso parlamentar. Para que o referido projeto de lei do Executivo fosse votado em caráter de urgência foi convocada pela presidência da CMB, uma sessão extraordinária dos vereadores que se realizou em 31 de agosto de 2014. Perguntamos: qual o custo aos cofres públicos de tal convocação? Porque não foi possível esperar mais quatro dias pela realização da mesma no mês de agosto quando a CMB retornaria suas atividades?

Mesmo enquadrando-se em um empreendimento de grande porte, evidenciam-se indícios preocupantes: baixo controle social, deficitário acompanhamento e fiscalização orçamentária por parte dos poderes legislativo e judiciário, tornando-se vulgar a aprovação de valores estratosféricos, apesar do não cumprimento e prestação de contas dos contratos além de obras e serviços de qualidade questionável efetuados parcialmente. Esse quadro é exemplificado no documento enviado à CMB pelo prefeito municipal no início do exercício legislativo de 2014:

O Programa de Saneamento e Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, subdividido em PROMABEN I e PROMABEN II (**em fase de contratação**), recebeu investimentos de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), sendo R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de recursos do orçamento próprio da Prefeitura e R\$ 6.000.000,00, (seis milhões de reais) do BID. Para 2014 está previsto o investimento na área de um valor mais expressivo: R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) do Tesouro Municipal e somente R\$ 638.000,00 (seiscentos e trinta e oito mil) do BID. Este descompasso se deu em função do **BID ter repassado recursos ao governo anterior sem a devida parcela da contra-partida Municipal**, responsabilizando o novo Governo no aporte de um volume expressivo ao final do contrato. (Mensagem à Câmara Municipal de Belém, 2014, p. 85, grifo meu).

Estranha que a mensagem acima citada destaque o Promaben como um programa “em fase de contratação”, quando o mesmo está sendo executado desde o ano de 2009 a partir do diagnóstico socioeconômico e ambiental das áreas previstas para a intervenção urbanística por meio da preparação do Relatório de Impacto Ambiental para licenciamento das intervenções propostas na Bacia da Estrada Nova⁶, e o cadastramento das unidades residenciais e comerciais que seriam atingidas inicialmente pela ação projeto, e também pela Lei nº 8.712, criando “a Unidade Coordenadora do Programa (UCP), vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal [...] responsável pela coordenação geral do Programa e pela sua efetiva execução, além do planejamento, acompanhamento e avaliação. É o organismo de ligação entre o Município de Belém, o BID e outras organizações públicas e privadas participantes. (Manual de Procedimentos, 2012, p. 16).

⁶ Realizado pela empresa mineira ENGESOLO ENGENHARIA LTDA., visando atender ao escopo do Contrato de Prestação de Serviço, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém em 11 de outubro de 2006.

2. Ações Insurgentes

Segundo Ermínia Maricato, “as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da política do favor” (2013, p. 6). Contra essa herança que se perpetua, a autora propõe sair da perplexidade e passar à ação. A atitude insurgente se rebela contra um urbanismo que remove moradores antigos dos seus lugares, varrendo-os para periferias distantes, e investe recursos para emular cidades do chamado primeiro mundo. O embelezamento da orla cria uma imagem de progresso. A prefeitura se ufana e na periferia um vereador da base governista aparecerá como o responsável pelo asfaltamento da rua enlameada onde residem a gente do Jurunas, Guamá e outros bairros.

Ao adotar em críticas o modelo urbanístico prescrito pelo BID, a municipalidade nega o diálogo com os principais interessados em melhorias para a área em questão. Esse modelo de reordenamento socioespacial justificado pela “racionalidade *gestionária* que articula o poder econômico e o poder administrativo” conforme Ribeiro e Silva (2004 *apud* Santana, 2013, p. 81) realiza a negação do espaço público ao negar aos cidadãos a reflexão sobre a cidade e suas conseqüentes apropriações, ao negar os distintos significados e os confrontos resultantes de perspectivas opostas e por vezes antagônicas. A ótica assumida deriva do discurso neoliberal e globalizador onde a “imagem que corporifica a cidade pós-moderna é a exacerbação do consumo. Não são somente mercadorias que são consumidas, mas o espaço torna-se produto” (Pimentel, 2008, p. 154). Portanto,

no processo de transformação da cidade em valor de troca, o Estado faz tabula rasa da prática socioespacial, inaugurando novos conflitos, produto do estabelecimento de novas contradições, quais sejam: entre a orientação do processo de produção do espaço objetivando sua realização enquanto valor de troca e as exigências da vida humana em sociedade que o requerem como valor de uso; entre a apropriação e a dominação política do espaço; entre o espaço homogêneo da norma e o espaço fragmentado das estratégias imobiliárias; entre espaço público e o privado (sinalizando o eclipse da rua e a supressão de sua importância na constituição da sociabilidade) e entre o aumento da possibilidade de comunicação entre espaço e pessoas e a diluição das relações de sociabilidades. (Carlos, 2014, p. 33).

Síntese reforçada por Vainer (2011, p. 98) ao destacar que “transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania.”.

O modelo irradiado por agências multilaterais como o BID considerados como “inteligência geral, inteligência global” (Santos, 2003) para a América Latina assenta-se no *pensamento único* caracterizado pelo forte e sedutor discurso ideológico que mascara as contradições do capitalismo, em busca da uniformidade, homogeneização e principalmente da anulação e/ou negação dos conflitos nas cidades. Estas por sua vez, são estimuladas a competirem entre si numa espécie de feira livre controlada pelo Mercado. Nessa situação, os planejadores ocultam e negligenciam a diversidade urbana em detrimento de interesses econômicos de empresas transnacionais e nacionais, limitando seu papel e missão à tecnocracia.

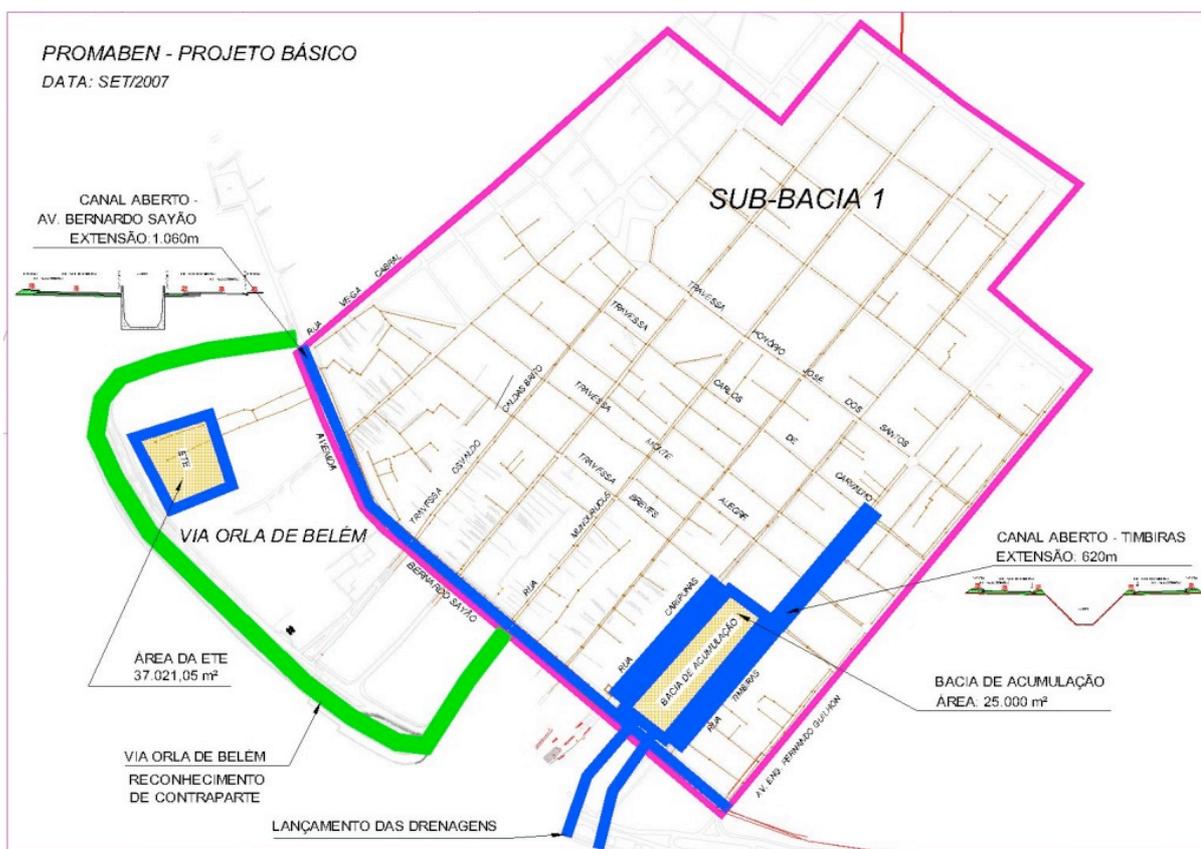
A urbanização e o saneamento da Estrada Nova de Belém nega e exclui a vida popular, cuja resistência se expressa no mote *Quem roeu o osso tem que comer o filé*. A cidadania insurgente não quer favores, quer direitos. Não quer progresso, quer reconhecimento. Moradores e trabalhadores que passaram anos com água na canela e cheirando o fedor da vala querem ficar agora que a Estrada Nova vai ser saneada. (Alves e Peixoto, 2013). Esse é um desejo coletivo compartilhado por moradores e lideranças como dona Onete Socorro da Silva, membro da Comissão de Acompanhamento das Obras (CAO) “tem esse problema, que muita gente que nasceu e se criou ali, não vai permanecer, entendeu, não vai permanecer. Vai ser colocado pra outro lugar. É uma das coisas que realmente vai acontecer.”⁷

O poder racista, que não respeita direitos de quem é classificado como caboclo quer abrir uma nova janela para o rio, *water front* amazônico nos moldes de outras revitalizações mundo afora. Faz uma limpeza étnica, idealizando frequentadores brancos e bem vestidos. O conflito da Estrada Nova ilustra mais um caso de injustiça ambiental: aos pobres e mestiços da cidade sendo permitido ocupar apenas áreas insalubres. “O lugar dos pobres foi (e ainda continua sendo) determinado pelo poder instituído, ao sabor dos planejadores urbanos ou do mercado imobiliário” (Pimentel, 2008, p. 155). As baixadas saneadas são espaço do

⁷ Registro oral (capturado por celular) no Seminário Promaben realizado pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) na UFPA no dia 29 de Julho de 2014.

investimento imobiliário de alto padrão, reafirmando as cidades na lógica globalizada como os mais novos e rentáveis vetores de acumulação do capital.

Os croquis e plantas apresentados pela Prefeitura retratam uma realidade pronta sem problemas, “passaram uma coisa tão bonita” como alerta Valdelice Moraes, moradora da rua Caripunas. Não deixar-se enganar pelas aparências é um exercício diário, “gente isso ai não é isso, isso não é a realidade, porque vai ter tratamento não sei o que, não sei o que químico, não vai ter nada disso, vai ter um fedor que a gente não vai ter condição de ficar aqui” apontado pela mesma moradora fazendo referência à bacia de acumulação que aparece na concepção projetual entre as ruas Caripunas e Timbiras como verificado no mapa abaixo:



Fonte: http://www.belem.pa.gov.br/promaben/site/?page_id=145, acesso em 19/08/2014

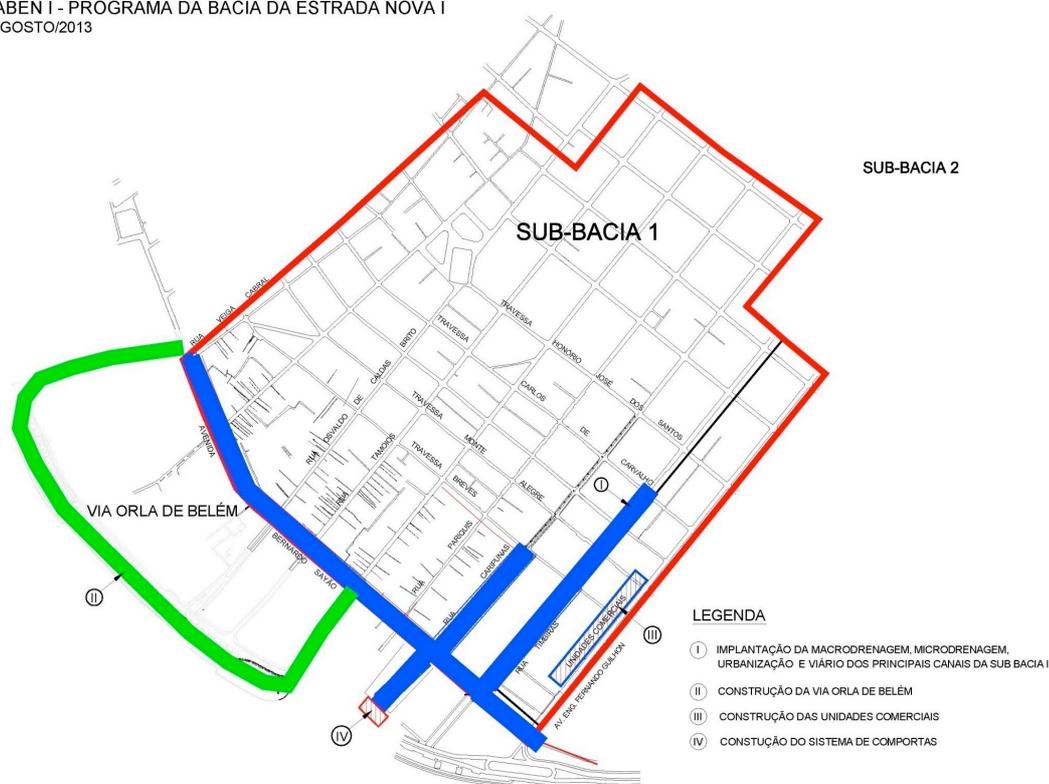
Os descontentamentos, protestos e mobilização por meio de baixo-assinado de moradores desta área resultaram no recuo e alteração do projeto pela Prefeitura como recordado por Maria de Jesus, presidente da Associação Caripunas Beira Mar⁸: “é que ia ter

⁸ Segundo informações da senhora Maria de Jesus, a área na qual reside e coordena politicamente não está contemplada, sendo assim, 377 famílias deixarão de beneficiar-se com saneamento, drenagem e esgoto sanitário, então o jeito é apelar para

um piscinão na Caripunas até na Timbiras, aí o povo se mobilizou, teve muita luta, muita briga, briga que eu digo assim no modo de falar, foram na Prefeitura, na Justiça, Ministério Público e aí conseguiram mudar o projeto.”

O mapa a seguir apresenta as modificações decorrentes das investidas populares para “arredar” a Prefeitura de seus planos. A mobilização popular foi capaz de reformular o projeto, implicando a supressão da bacia de acumulação. A possibilidade de sua construção pelo Poder Municipal gerou críticas e resistências publicizadas por meios de comunicação, dada a capacidade de agitação popular.

PROMABEN I - PROGRAMA DA BACIA DA ESTRADA NOVA I
DATA: AGOSTO/2013



Fonte: http://www.belem.pa.gov.br/promaben/site/?page_id=145, [Consult. 19 Ago. 2014]

Rainer Randolph (2008) contesta o monopólio do planejamento ao Estado. Vale lembrar que a escola catalã é uma das fontes dessas concepções urbanísticas, enquadradas nos planejamentos estratégicos urbanos, que advogam a cidade competitiva e se consagraram

todo tipo de estratégia “nós já mandamos ofício, documento e só temos uma resposta, que não tem projeto, então nós não vamos ser mexidos ...”

como pensamento único – pois a aclamada ideia de janelas para o rio se instalou em Belém como um pensamento único, na acepção de Carlos Vainer. Como se a única alternativa fosse a de “competir em um mundo globalizado e aferir lucros dos investimentos alocados”, conforme diz Randolph. O autor propõe que o planejamento seja apropriado por projetos políticos e utopias sociais “voltados para a emancipação dos cidadãos tanto de uma lógica instrumental e indulgente como de um espaço abstrato que dominam nessas sociedades”.

um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar reconhece as contradições entre cidadania formal e substantiva e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania. Refletindo sua posição de atribuir o monopólio do planejamento e da cidadania ao Estado, a prática dos tradicionais planejadores racionais está centrada principalmente na identificação de necessidades e prioridades pelo Estado.

Desse quadro podem-se extrair elementos para a construção de um conceito de planejamento insurgente, que se afirma pela ação de movimentos sociais, contra a globalização neoliberal. Coloca-se contra o desperdício da riqueza de experiências sociais. O planejamento insurgente privilegia a vivência do espaço, o cotidiano concreto, contra concepções que colonizam a vida social pelo mercado sob administração governamental excludente. O planejamento insurgente precisa conquistar ressonância nas esferas públicas para fazer valer valores *underground* na lógica política. Elabora, pois, uma ação discursiva, capaz de visibilizar a vida social dos lugares, defendendo o direito à cidade.

O conceito de planejamento insurgente se constrói na ação pública, coletiva, que vê a cidade como luta de classes. A reforma urbana é uma questão central ainda, assim como a inversão de prioridades. Na realidade injusta da Estrada Nova de Belém, é preciso lutar para que direitos sejam considerados no processo de regularização fundiária. Urbanização e saneamento não podem justificar a remoção de moradores, porque a administração municipal prioriza o mercado imobiliário, que quiça a remunera. O papel do planejamento insurgente é construir e comunicar aos quatro ventos outra racionalidade. Busca revelar a cidade ignorada, a hegemonia de uma racionalidade política transformadora e negadora das “formalidades dos modelos e das representações que meramente reproduzem velhos esquemas” conforme o pensamento de Randolph (2014, p. 53).

O planejamento subversivo propugnado por Randolph e outros teóricos delinea-se enquanto constitutivo de “uma lógica anticolonização das lógicas do cotidiano” na busca incessante por “uma ampliação de esferas de vida” (2014, p. 51); ancorado como práxis. Sua

realização “contempla e incorpora aquele espaço social em sua *totalidade* no qual acontece e se relaciona com o processo de uma forma que permita sua incorporação para além de meras representações e do simbólico...” (idem, p. 53).

Essa perspectiva alimenta as discussões e mobilizações onde moradores tomam o centro da cena ao rejeitar as soluções técnicas anunciadas pelo Promaben, gerando enfrentamento de abrangências, dimensões e finalidades variadas, como indica Valdelice Moraes “eles estão fazendo a encanação então tem bem uns quinze ou vinte canos em cada vila, eu digo pra eles porque não coloca só um e vai distribuindo pras casas”. No lugar disso, contrapõem suas experiências de vida comunitária “então eu digo que é serviço de 1,99 eu quero saber quem é o engenheiro hidráulico que tá fazendo isso que eu quero ir lá dá uma aula.”⁹

Uma queixa recorrente de lideranças e membros da Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO) se refere à negação às informações e à participação popular, ainda que no Tomo 1 do Relatório de Impacto Ambiental (2007), estejam previstas a obediência a quatro componentes na execução das obras e serviços, a saber: 1) Melhoria da drenagem urbana, 2) Infraestrutura Viária, 3) Infraestrutura de saneamento, 4) Sustentabilidade social e institucional. Interessa para efeito da investigação o último item reproduzido parcialmente abaixo:

Participação Comunitária. Consiste num plano para a participação das comunidades afetadas de forma direta e indireta pelo Programa, cujos objetivos são transmitir informação de forma transparente e incorporar as inquietudes dessa comunidade no desenvolvimento do programa; (ii) Comunicação Social. Através deste componente se dará continuidade ao plano de comunicação social para a divulgação do programa. Esse plano contempla um portal de internet e uma central telefônica de atendimento ao público; (Belém, Relatório, 2007, p. 3-4, grifo meu).

Atente-se no trecho acima para a possibilidade de participação comunitária que deve dar-se pontualmente de duas formas, no fornecimento transparente das informações pelo executor e na incorporação de “inquietudes” manifestas pela população direta ou indiretamente atingida pelo projeto. Contudo, fica tácita a pontual lembrança aos supostos destinatários do projeto, sem definição precisa e nem ao menos outras menções com relação a

⁹ Registro oral (capturado por celular) no Seminário Promaben realizado pelo PARU na UFPA no dia 29 de Julho de 2014.

estes, numa explícita demonstração de descaso e negação de sua existência, necessidades, interesses e desejos; como indicado por João Lopes da Cruz, morador da área desde 1955 e coordenador geral do Conselho Comunitário do bairro do Jurunas “precisa as nossas autoridades conversar mais.”. É notório o controle do cotidiano por um sistema regulador “em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas, autonomizando as esferas da vida, limitando os usos do espaço, diluindo direitos de acesso à cidade e à vida na cidade”, mas, paradoxalmente “o cotidiano se alimenta também de resíduos irredutíveis à lógica capitalista que, presentes como forma de consciência, vêm alimentando [...] a forma real e prática dos movimentos sociais como lugares de questionamento e de ação contra a ordem estabelecida pela lógica da acumulação capitalista.” (Carlos, 2014, p.26)

No documento denominado Plano Específico de Reassentamento - PER Sub - Bacia 01 – trecho 1, de agosto de 2011 elaborado pela UCP, assinalado como “o detalhamento das propostas, e dos cadastros físico e socioeconômico do PDR, e nele são adicionados os conceitos e estruturas de gestão participativa e os mecanismos efetivos que possibilitarão o reassentamento da população afetada” (p. 46), verifica-se entre as ações planejadas e executadas envolvendo ações específicas, que a rubrica Participação Comunitária orçada em 1.561.000 não havia sido realizada (p. 51). Isso não passa despercebido aos olhos dos moradores que organizam formas de resistência e proposição por meio de manifestações públicas, documentos, abaixo-assinados, audiências, reuniões, comissões de moradores por área e provocações ao poder público municipal ao serem convocados ou negligenciados à participar de fóruns e reuniões do projeto.

É o que se verifica analisando o teor do documento de reivindicação subscrito pelos moradores das bacias 1, 2, 3 e 4 da Estrada Nova que contém 17 pontos com destaque para o sentimento e a avaliação de não incorporação real no projeto como atestado neste trecho “não houve de fato um esclarecimento real do Projeto da Amazônia e nem do Projeto da Macrodrenagem para os moradores da Estrada Nova, mesmo que estes tenham com muito esforço e insistência, e com o apoio de políticos locais, investido na efetuação de Audiências Públicas com a Prefeitura, e em especial com o Prefeito da cidade, e com as Secretarias envolvidas no processo.” (Documento, s/d)

A participação social figura como condicionante estabelecido em projetos do BID que visam o “atendimento à pobreza e o enfoque no crescimento ambientalmente sustentável”. A

participação representativa por meio da criação da CAO, onde moradores escolhidos pela comunidade supostamente tem audiência junto ao poder público - acompanhando, sugerindo, intervindo e fiscalizando o andamento das obras - ao invés de contribuir para a criação e o fortalecimento de vínculos comunitários e do exercício cidadão dos comunitários; torna-se objeto de disputas pessoais e coletivas causando divisões e desentendimentos entre moradores e lideranças, como evidenciado na fala da Valdelice Moraes:

Quando o projeto era das comissões, associações, por rua, ainda se encaminhava alguma coisa, depois que botaram essa tal de COAS, desculpe colega que eu não tenha nada contra você, já foi uma forma de desmobilizar a população, se tu fores naquelas áreas ali, ninguém sabe falar, ninguém sabe explicar, ninguém sabe responder porque foi uma forma de desmobilizar o que estava sendo mobilizado porque quando era próximo a gente a gente ia, ia com um morador, com outro, mobilizava, ia na Promaben, chamava se reunia tava todo tempo se encaminhando as coisas, a partir do momento que foi implantado a Coas acabou movimento popular porque eu entendo a Coas ser um intercâmbio entre a promaben e a comunidade coisa que não tá havendo não havendo essa ligação.

A participação representativa nos moldes definidos pela agência multilateral demonstra-se meramente ilustrativa e serve para instalar um sentimento de credibilidade ao projeto como aponta a fala do seu Mário Lopes, presidente da CAO, “nós que somos da CAO temos que aparecer pro BID. Por isso que nós tivemos reunião com o BID.”¹⁰

Todavia, o “discurso aparente esconde suas determinações essenciais, a saber, a construção de um ‘desenho ideológico’ expresso em modelos para ação, no caso da política urbana, no modelo de gestão de cidades.”. Postulo que este “modelo que orienta, aparentemente, a elaboração de projetos sociais de moradia para as frações de classe trabalhadora, na verdade, esconde a prioridade na infraestruturação física das cidades. São, assim, facilitados os investimentos capitalistas, fragilizando o direito à cidade pelas frações de classe dominada.” (Santana, 2012, p. 23). Tal análise explica as circunstâncias onde apesar da realização de audiências públicas como previsto no projeto, a exemplo da primeira ocorrida em 18 de outubro de 2007 (gestão Duciomar) e outra ocorrida em 20 de setembro de 2013 (gestão Zenaldo Coutinho), para apresentação e esclarecimentos sobre o projeto à população atingida, inúmeras críticas sejam feitas em relação ao caráter e o conteúdo destas atividades

¹⁰ Registro oral (capturado por celular) no Seminário Promaben realizado pelo PARU na UFPA no dia 29 de Julho de 2014.

que pouco ou nada esclarecem, tornando-se improdutivas e desgastantes, já que não há espaço para debates; somente as contribuições indiretas por meio de formulários entregues aos populares para registro de suas inquietações, dúvidas e questionamentos.

Referências Bibliográficas

Alves, E. S.; Peixoto, R. 2013. *Planejamento insurgente dos moradores atingidos e rechaços da prefeitura: o conflito em torno do projeto de urbanização e saneamento ambiental da bacia da Estrada Nova (PROMABEN) em Belém/PA*. Associação Latinoamericana de Sociologia.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Contrato de empréstimo*. 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. [Consult. 4 Jan 2013].

Belém. Prefeitura Municipal 2002 - Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento. Relatório Sócio-Técnico. Belém.

_____. *Portal*, 2001. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br>. [Consult. 4 Jan. 2013].

_____. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promabem. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 01/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. [Consult. 4 Jan 2013].

_____. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promabem. *Relatório de Impacto Ambiental*. 2007. Tomo 02/03. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. [Consult. 4 Jan 2013].

_____. Consulta Pública. Documentos Diversos. http://www.belem.pa.gov.br/promaben/documentos/Promaben_II/Consulta_Publica_Promaben_II/Documentos_diversos_da_CP_do_EIA_28.09.2013.pdf, [Consult. 29 Out. 2014].

_____. Síntese do Promabem II. Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova II. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/promaben/documentos/Promaben_II/Sintese_Promaben_II_Set2_014.pdf, [Consult. 29 Out. 2014].

Braz, V. N. 2006. Belém: o estuário, o saneamento e a balneabilidade. Em: E. Castro (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP (p. 45-58).

Carlos, A. F. A. 2014. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. Em: E. Limonad & E. Castro (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* – Rio de Janeiro: Letra Capital (p.25-39).

Documento. *Reivindicações dos moradores das bacias 1, 2, 3 e 4 da Estrada Nova*. Belém, [s/d].

Maricato, E. 2011. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Em: O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (6. Ed.). Petrópolis: Vozes (p. 121-192).

Pimentel, L. V. 2008. Cidade e cotidiano: reflexões sobre o popular frente ao planejamento urbano. Em: *Diálogo Jurídico*, v.4, faz.4 (periódico), Fortaleza, CE, (p.149-167).

Poder Judiciário, Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Pará, AÇÃO CIVIL, Processo Nº: 2006.39.00.010052-7, p. 26.

Política de Desapropriação. Moradores da Bacia da Estrada Nova. Belém: [s.n.t.].

Prefeitura Municipal de Belém. 2014. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém*. Belém.

Projeto da Bacia da Estrada Nova é apresentado a moradores. 2007. [em linha] Disponível em: <http://orlalive.blogspot.com.br/2007/10/projeto-da-bacia-da-estrada-nova.html> [Consult. 23. Set. 2012].

Ramos, J. M. T. 2002. *Entre dois tempos*. Um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola “Frei Daniel” e seu Patrono. Belém.

Randolph, R. 2008. Nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. [em linha], X Coloquio Internacional de Geocrítica. *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales*, 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de mayo. Universidad de Barcelona. Disponível em www.ub.edu/geocrit/-xcol/430.htm. [Consult. 30. Ago. 2013].

_____. Subversão e planejamento como “práxis”. 2014. Uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. Em: E. Limonad, & E. Castro (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* – Rio de Janeiro: Letra Capital (p. 40-57).

Santana, J.V. 2012. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. *Revista Katál*, Florianópolis, 15(1), 21-31, jan./jun.

_____. 2013. *Gestão de cidades no Brasil*. Estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento; prefácio Y. Guerra. Campinas, SP: Papel Social.

Santos, M. 2003. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10 ed., Rio de Janeiro: Record.

Trindade Júnior, S.C., Amaral, M. D. B. & Santos, E. R. C. 2006. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. Em: E. Castro (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP (p. 59-84).

Vainer, C. 2011. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Em: O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (6. Ed.). Petrópolis: Vozes (p.75-103).